

STJ00117025

CASSIO SCARPINELLA BUENO

Manual de
Direito
PROCESSUAL
CIVIL

9ª edição
Atualizada, revisada e ampliada
2023

saraiva  jur



Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos	Fernando Penteado
Gerência editorial	Thais Cassoll Reato César
Novos projetos	Aline Darcy Flôr de Souza Dália Costa de Oliveira
Edição	Jeferson Costa da Silva (coord.) Deborah Caetano de Freitas Viadana
Design e produção	Daniele Debora de Souza (coord.) Flávio Teixeira Quarazemin Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Lais Soriano Tiago Dela Rosa
Planejamento e projetos	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emilly Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
Diagramação	LGB Publicações
Revisão	Lígia Alves
Capa	Lais Soriano
Produção gráfica	Martí Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Geográfica editora

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410**

B928m Bueno, Cassio Scarpinella
Manual de direito processual civil: Cassio Scarpinella Bueno. – 9. ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2023.
1.040 p.
ISBN: 978-65-5362-516-7 (Impresso)
1. Direito. 2. Direito processual civil. I. Título.
2022-3844 CDD 341.46
CDU 347.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito processual civil	341.46
2. Direito processual civil	347.9

Data de fechamento da edição: 10-1-2023

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 12021 CL 608154 CAE 819915

1233584

Sumário

<i>Abreviaturas e Siglas</i>	IX
<i>Prólogo</i>	XI
<i>Nota à 9ª edição</i>	XV
<i>Nota à 8ª edição</i>	XVII
<i>Nota à 7ª edição</i>	XIX
<i>Nota à 6ª edição</i>	XXII
<i>Nota à 5ª edição</i>	XXIV
<i>Nota à 4ª edição</i>	XXVI
<i>Nota à 3ª edição</i>	XXVIII
<i>Nota prévia à 2ª edição</i>	XXXI

Capítulo 1

Considerações Propedêuticas	1
1. O objeto do direito processual civil ou o que estuda o direito processual civil? ..	1
2. O modelo constitucional do direito processual civil	3
2.1 Princípios constitucionais do direito processual civil.....	6
2.1.1 Acesso à justiça.....	6
2.1.2 Devido processo legal (devido processo constitucional).....	7
2.1.3 Contraditório (cooperação)	9
2.1.4 Ampla defesa.....	10
2.1.5 Juiz natural.....	10
2.1.6 Imparcialidade.....	11
2.1.7 Duplo grau de jurisdição	11
2.1.8 Colegialidade nos Tribunais	12
2.1.9 Reserva do Plenário para declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo	13
2.1.10 Isonomia	13
2.1.11 Publicidade	14
2.1.12 Motivação.....	15
2.1.13 Vedação das provas ilícitas ou obtidas por meios ilícitos.....	15

2.1.14	Assistência jurídica integral e gratuita.....	16
2.1.15	Duração razoável do processo (eficiência processual).....	16
2.1.16	Efetividade do processo (efetividade do direito pelo e no processo).....	17
2.1.17	Princípios-síntese.....	18
2.2	Organização judiciária.....	18
2.3	Funções essenciais à Justiça.....	21
2.3.1	Magistratura.....	22
2.3.2	Ministério Público.....	22
2.3.3	Advocacia.....	24
2.3.4	Defensoria Pública.....	26
2.4	Procedimentos jurisdicionais constitucionalmente diferenciados.....	27
2.5	Normas de concretização do direito processual civil.....	28
2.6	Reflexão.....	30
3.	Institutos fundamentais do direito processual civil.....	32
3.1	Jurisdição.....	34
3.2	Ação.....	35
3.3	Processo.....	39
3.4	Defesa.....	42
4.	O neoconcretismo.....	44
4.1	Tutela jurisdicional.....	47
4.1.1	Cognição jurisdicional.....	48
5.	Convite.....	49
	Resumo do Capítulo 1.....	50
	Leituras Complementares (Capítulo 1).....	56
Capítulo 2		
	Normas Processuais Cíveis	61
1.	Para começar.....	61
2.	Normas fundamentais do processo civil.....	61
2.1	O modelo constitucional do direito processual civil.....	62
2.2	O princípio da inércia da jurisdição.....	64
2.3	Acesso à justiça e meios alternativos de solução de conflitos.....	65
2.4	Princípio da eficiência processual.....	66

2.5	A boa-fé objetiva	67
2.6	Princípio da cooperação (modelo cooperativo de processo)	69
2.7	Princípio da isonomia (paridade de armas)	71
2.8	Hermenêutica do direito processual civil	72
2.9	Princípio do contraditório	73
2.10	Ainda e mais o contraditório: vedação das decisões-surpresa	74
2.11	Princípios da publicidade e da fundamentação	75
2.12	Ordem cronológica de conclusão	76
3.	Aplicação das normas processuais	78
	Resumo do Capítulo 2	82
	Leituras Complementares (Capítulo 2)	86
Capítulo 3		
	Função Jurisdicional	96
1.	Para começar	96
2.	Jurisdição	96
3.	Ação	98
	3.1 Legitimação extraordinária	102
	3.2 Ainda sobre o interesse de agir	102
4.	Limites da jurisdição nacional	103
5.	Cooperação internacional	105
	5.1 Disposições gerais	106
	5.2 Auxílio direto	106
	5.3 Carta rogatória	108
	5.4 Disposições comuns	109
6.	Competência	110
	6.1 Disposições gerais	110
	6.2 Modificação da competência	116
	6.3 Incompetência	118
7.	Cooperação nacional	120
	Resumo do Capítulo 3	122
	Leituras Complementares (Capítulo 3)	125
Capítulo 4		
	Sujeitos do Processo	129

1.	Para começar.....	129
2.	Partes e procuradores.....	129
2.1	Capacidade de estar em juízo e capacidade processual (legitimação processual).....	130
2.2	Deveres.....	134
2.3	Responsabilidade das partes por dano processual	136
2.4	Despesas, honorários advocatícios e multas	137
2.5	Gratuidade da Justiça.....	147
2.6	Dos procuradores (advocacia privada)	150
2.7	Sucessão das partes e dos procuradores	152
3.	Litisconsórcio.....	153
3.1	Regime do litisconsórcio	157
4.	Intervenção de terceiros	159
4.1	Assistência	161
4.1.1	Assistência simples e assistência litisconsorcial	162
4.1.2	Atuação do assistente.....	163
4.1.3	Justiça da decisão (eficácia da intervenção).....	164
4.2	Denúnciação da lide.....	165
4.2.1	Posição do denunciado.....	167
4.2.2	Julgamento da denúnciação e verbas de sucumbência	170
4.3	Chamamento ao processo	171
4.3.1	Sentença de procedência	171
4.4	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	172
4.5	<i>Amicus curiae</i>	175
5.	Juiz e auxiliares da Justiça	179
5.1	Deveres-poderes e responsabilidade do juiz.....	179
5.2	Impedimento e suspeição.....	185
5.3	Auxiliares da Justiça.....	188
5.3.1	Escrivão, chefe de secretaria e oficial de justiça.....	188
5.3.2	Perito.....	190
5.3.3	Depositário e administrador	190
5.3.4	Intérprete e tradutor.....	191
5.3.5	Conciliadores e mediadores judiciais.....	191

6. Ministério Público	195
7. Advocacia pública	198
8. Defensoria Pública	199
Resumo do Capítulo 4	202
Leituras Complementares (Capítulo 4)	213

Capítulo 5

Atos Processuais	225
1. Para começar	225
2. Forma, tempo e lugar dos atos processuais	225
3. Forma dos atos processuais	225
3.1 Prática eletrônica de atos processuais	227
3.2 Atos das partes	229
3.3 Pronunciamentos do juiz	230
3.4 Atos do escrivão ou do chefe de secretaria	232
3.5 Negócios processuais	233
3.6 Calendário processual	238
4. Tempo dos atos processuais	240
5. Lugar dos atos processuais	241
6. Prazos	241
6.1 Contagem e fluência	243
6.2 Verificação e penalidades	247
7. Comunicação dos atos processuais	248
7.1 Citação	249
7.1.1 Modalidades de citação	251
7.2 Cartas	257
7.3 Intimações	259
8. Nulidades	260
9. Distribuição e registro	265
10. Valor da causa	267
Resumo do Capítulo 5	269
Leituras Complementares (Capítulo 5)	274

Capítulo 6

Tutela Provisória	280
--------------------------------	-----

1.	Para começar.....	280
2.	Nomenclatura empregada	280
3.	Tutela provisória e suas espécies.....	281
4.	Disposições gerais	284
4.1	Competência.....	285
4.2	Dever de motivação	285
4.3	Duração da tutela provisória	286
4.4	Dever-poder geral de asseguramento (cautela) e de satisfação (antecipação).....	287
4.5	Tutela provisória requerida em caráter incidental.....	288
4.6	Recorribilidade das interlocutórias relativas a tutela provisória.....	289
5.	Tutela de urgência	289
5.1	Pressupostos	289
5.2	Caução.....	290
5.3	Concessão liminar ou mediante audiência de justificação.....	290
5.4	Quando houver irreversibilidade	291
5.5	Efetivação da tutela provisória de urgência de natureza cautelar.....	291
5.6	Responsabilidade pela prestação da tutela de urgência	292
6.	Tutela antecipada requerida em caráter antecedente	293
6.1	Petição inicial.....	294
6.2	Se concedida a tutela antecipada antecedente.....	295
6.3	Se não concedida a tutela antecipada antecedente.....	297
6.4	Se não houver aditamento da petição inicial	297
6.5	Estabilização da tutela provisória	298
6.5.1	Dinâmica da estabilização.....	300
7.	Tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	302
7.1	Citação do réu e suas atitudes	303
7.2	Apresentação do pedido principal.....	304
7.3	Duração	305
7.4	Indeferimento da tutela cautelar e pedido principal	306
8.	Tutela da evidência	306
9.	Restrições à tutela provisória	311
	Resumo do Capítulo 6.....	316
	Leituras Complementares (Capítulo 6).....	319

Capítulo 7

Formação, Suspensão e Extinção do Processo.....	328
1. Para começar.....	328
2. Formação do processo.....	328
3. Suspensão do processo.....	331
3.1 Morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.....	332
3.2 Convenção das partes	333
3.3 Arguição de impedimento ou suspeição	333
3.4 Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas	334
3.5 Relações externas com a decisão de mérito	334
3.5.1 Relação entre processos civil e penal.....	335
3.6 Força maior	335
3.7 Tribunal marítimo.....	336
3.8 Outros casos previstos no CPC	337
3.9 Parto ou concessão de adoção.....	337
3.10 Advogado que se tornar pai	339
4. Extinção do processo	340
4.1 Extinção do processo e prévio saneamento	342
Resumo do Capítulo 7.....	343
Leituras Complementares (Capítulo 7).....	345

Capítulo 8

Fase Postulatória.....	346
1. Para começar.....	346
2. Petição inicial.....	347
2.1 O juízo a que é dirigida.....	347
2.2 Qualificação das partes	347
2.3 O fato e os fundamentos jurídicos do pedido.....	348
2.4 O pedido com as suas especificações.....	348
2.5 O valor da causa	350
2.6 As provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados	351
2.7 A opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.....	352

2.8	Outras exigências	352
3.	Juízo de admissibilidade da petição inicial	353
3.1	Juízo de admissibilidade positivo	354
3.2	Juízo de admissibilidade neutro	354
3.3	Juízo de admissibilidade negativo	355
3.3.1	Indeferimento da petição inicial	355
3.3.2	Improcedência liminar do pedido	358
4.	Audiência de conciliação ou de mediação	359
4.1	Não realização.....	362
4.2	Dinâmica	364
5.	Contestação, reconvenção, revelia e outros comportamentos do réu.....	365
5.1	Contestação	366
5.1.1	Prazo	367
5.1.2	Preliminares	368
5.1.2.1	Inexistência ou nulidade da citação	369
5.1.2.2	Incompetência absoluta e relativa	369
5.1.2.3	Incorreção do valor da causa	371
5.1.2.4	Inépcia da petição inicial	371
5.1.2.5	Perempção.....	372
5.1.2.6	Litispendência e coisa julgada.....	372
5.1.2.7	Conexão	373
5.1.2.8	Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização.....	373
5.1.2.9	Convenção de arbitragem	374
5.1.2.10	Ausência de legitimidade ou de interesse processual... ..	375
5.1.2.11	Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar	376
5.1.2.12	Indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça.....	376
5.1.3	Defesas de mérito	377
5.2	Reconvenção	379
5.3	Revelia.....	380
5.4	Outros comportamentos do réu	380
	Resumo do Capítulo 8.....	382
	Leituras Complementares (Capítulo 8).....	386

Capítulo 9

Fase Ordinatória	390
1. Para começar	390
2. Providências preliminares	391
3. Julgamento conforme o estado do processo	392
3.1 Extinção do processo	392
3.1.1 Extinção sem resolução de mérito	393
3.1.2 Extinção com resolução de mérito	393
3.1.3 Extinção parcial	394
3.2 Julgamento antecipado do mérito	395
3.3 Julgamento antecipado parcial do mérito	397
3.4 Saneamento e organização do processo	401
3.4.1 Esclarecimentos e ajustes na decisão de saneamento e orga- nização	402
3.4.2 Delimitação consensual das questões de fato e de direito	403
3.4.3 Audiência de saneamento (saneamento cooperativo)	404
3.4.4 Prova testemunhal	405
3.4.5 Prova pericial	406
Resumo do Capítulo 9	407
Leituras Complementares (Capítulo 9)	409

Capítulo 10

Fase Instrutória	412
1. Para começar	412
2. Audiência de instrução e julgamento	412
2.1 Abertura e adiamento da audiência	414
2.2 Instrução e debates	415
2.3 Julgamento	417
3. Direito probatório	418
3.1 Disposições gerais	419
3.2 Princípios	419
3.3 Ônus da prova	421
3.4 Objeto da prova	423
3.5 Dinâmica da prova	423

4.	Produção antecipada da prova.....	424
5.	Ata notarial.....	427
6.	Depoimento pessoal.....	428
6.1	Produção do depoimento.....	428
7.	Confissão.....	429
7.1	Espécies e regime jurídico.....	430
8.	Exibição de documento ou coisa.....	431
8.1	Exibição requerida em face da parte contrária.....	432
8.2	Exibição requerida em face de terceiro.....	434
8.3	Exibição determinada de ofício.....	435
9.	Prova documental.....	435
9.1	Força probante dos documentos.....	435
9.2	Arguição de falsidade.....	438
9.3	Produção da prova documental.....	439
10.	Documentos eletrônicos.....	440
11.	Prova testemunhal.....	441
11.1	Admissibilidade e valor da prova testemunhal.....	441
11.2	Produção da prova testemunhal.....	443
12.	Prova pericial.....	445
12.1	Perito, assistentes técnicos e atos preparatórios da perícia.....	446
12.2	Produção da prova pericial.....	448
12.3	Avaliação da perícia.....	449
12.4	Perícia consensual.....	449
13.	Inspeção judicial.....	450
	Resumo do Capítulo 10.....	452
	Leituras Complementares (Capítulo 10).....	456
Capítulo 11		
	Fase Decisória.....	465
1.	Para começar.....	465
2.	Sentença.....	466
2.1	Sentenças terminativas.....	467
2.1.1	Indeferimento da petição inicial.....	467
2.1.2	Paralisação e abandono do processo.....	467

2.1.3	Ausência de pressupostos processuais de existência ou de validade. Presença de pressupostos processuais negativos	468
2.1.4	Irregularidade no exercício do direito de ação	468
2.1.5	Desistência	469
2.1.6	Intransmissibilidade do direito	470
2.1.7	Outros casos	470
2.1.8	Atuação oficiosa do juiz	471
2.1.9	Peculiaridade recursal	472
2.1.10	Repropositura da demanda	473
2.2	Sentenças definitivas	473
2.2.1	Acolhimento ou rejeição do pedido	473
2.2.2	Decadência ou prescrição	474
2.2.3	Homologação de atos dispositivos ou autocompositivos	475
2.2.4	Possibilidade de julgamento de mérito	475
2.3	Elementos da sentença. Dever de fundamentação	476
2.4	Vinculação da sentença ao(s) pedido(s)	478
2.5	Fatos novos	479
2.6	Princípio da invariabilidade da sentença	479
3.	Hipoteca judiciária	480
4.	Remessa necessária	481
5.	Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa	483
5.1	Prestações de fazer ou não fazer	483
5.2	Prestações de entrega de coisa	484
5.3	Conversão em perdas e danos	484
6.	Sentença e emissão de declaração de vontade	485
7.	Coisa julgada	485
7.1	Coisa julgada formal e coisa julgada material. Coisa julgada com eficácia interna e com eficácia externa	487
7.2	Limites objetivos	489
7.2.1	Coisa julgada e questões prejudiciais. A insubsistência da “ação declaratória incidental”	490
7.3	Limites subjetivos	492
7.4	Limites temporais	493

7.5 Preclusão	494
Resumo do Capítulo 11	496
Leituras Complementares (Capítulo 11)	499
Capítulo 12	
Liquidação	508
1. Para começar	508
2. Liquidação parcial	511
3. Limites cognitivos da liquidação	511
4. Liquidação por arbitramento	511
5. Liquidação pelo procedimento comum	513
6. Quando se tratar de cálculos aritméticos	513
7. Liquidação provisória	514
Resumo do Capítulo 12	515
Leituras Complementares (Capítulo 12)	517
Capítulo 13	
Cumprimento de Sentença	518
1. Para começar	518
2. Disposições gerais	521
2.1 Iniciativa do exequente. Intimação da parte contrária	521
2.2 Títulos executivos judiciais	524
2.2.1 Decisão que reconhece exigibilidade obrigacional	525
2.2.2 Decisão homologatória de autocomposição judicial	525
2.2.3 Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial	526
2.2.4 Formal e certidão de partilha	526
2.2.5 Crédito de auxiliar da Justiça	527
2.2.6 Sentença penal condenatória transitada em julgado	527
2.2.7 Sentença arbitral	528
2.2.8 Sentença e decisão interlocutória estrangeiras	528
2.2.9 Citação para início da etapa de cumprimento	529
2.3 Competência	529
2.4 Protesto da decisão transitada em julgado. Negativação do executado	530
3. Cumprimento provisório	531
3.1 Conceito e espécies	532

3.2	Regime do cumprimento provisório.....	533
3.2.1	Impugnação	534
3.2.2	Incidência de multa no caso de não pagamento	535
3.2.3	Honorários de advogado.....	535
3.2.4	Retorno ao estado anterior.....	536
3.2.5	Execução provisória e título executivo extrajudicial.....	537
3.3	Dispensa da caução	538
3.3.1	Manutenção da caução	539
3.3.2	Prestação da caução.....	540
3.4	Documentação para o cumprimento provisório	540
3.4.1	Momento de formulação do requerimento.....	542
3.5	Outras modalidades obrigacionais	542
4.	Cumprimento definitivo da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	542
4.1	Fluência do prazo para pagamento	545
4.2	O requerimento para início da etapa de cumprimento. Demonstrativo discriminado e atualizado do crédito	546
4.3	Impugnação.....	548
4.3.1	Matérias arguíveis na impugnação	548
4.3.1.1	Falta ou nulidade da citação	548
4.3.1.2	Ilegitimidade de parte.....	549
4.3.1.3	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação	549
4.3.1.4	Penhora incorreta ou avaliação errônea	551
4.3.1.5	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	551
4.3.1.6	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução	552
4.3.1.7	Causas modificativas ou extintivas da obrigação.....	552
4.3.2	Suspeição e impedimento	553
4.3.3	Efeito suspensivo.....	553
4.3.4	Procedimento da impugnação	555
4.3.5	Manifestações do executado após a impugnação. Exceções e objeções de pré-executividade	556
4.4	Iniciativa do réu.....	557

4.5	Atipicidade dos meios executivos.....	557
5.	Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos.....	558
5.1	Outras técnicas executivas	560
5.2	Tipos de alimentos tutelados.....	561
5.3	Constituição de capital.....	562
6.	Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública	563
6.1	Impugnação	565
6.1.1	Efeito suspensivo.....	566
6.2	Pagamento por precatório ou requisição de pequeno valor	568
7.	Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, de não fazer ou de entregar coisa.....	569
7.1	Cumprimento da sentença em se tratando de obrigações de fazer ou de não fazer	570
7.1.1	Tutela específica e resultado prático equivalente	570
7.1.2	Técnicas executivas	571
7.1.2.1	Especialmente a multa.....	573
7.2	Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa.....	576
	Resumo do Capítulo 13.....	579
	Leituras Complementares (Capítulo 13).....	584
 Capítulo 14		
	Procedimentos Especiais	589
1.	Para começar.....	589
1.1	Um tema com variações	590
1.2	Primeira visão dos procedimentos especiais	592
1.3	A nomenclatura empregada	593
2.	Ação de consignação em pagamento	594
3.	Ação de exigir contas	595
4.	Ações possessórias.....	597
5.	Ação de divisão e de demarcação de terras particulares	600
6.	Ação de dissolução parcial de sociedade.....	603
7.	Inventário e partilha.....	605

8.	Embargos de terceiro.....	610
9.	Oposição.....	613
10.	Habilitação.....	614
11.	Ações de família.....	614
12.	Ação monitória.....	616
13.	Homologação do penhor legal.....	619
14.	Regulação de avaria grossa.....	620
15.	Restauração de autos.....	620
16.	Jurisdição voluntária.....	621
16.1	Disposições gerais.....	623
16.2	Notificação e interpelação.....	624
16.3	Alienação judicial.....	624
16.4	Divórcio e separação consensuais, a extinção consensual de união estável e a alteração do regime de bens do matrimônio.....	625
16.5	Testamentos e codicilos.....	627
16.6	Herança jacente.....	627
16.7	Bens dos ausentes.....	628
16.8	Coisas vagas.....	628
16.9	Interdição.....	629
16.10	Disposições comuns à tutela e à curatela.....	632
16.11	Organização e fiscalização das fundações.....	633
16.12	Ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo.....	634
	Resumo do Capítulo 14.....	636
	Leituras Complementares (Capítulo 14).....	641

Capítulo 15

	Processo de Execução.....	647
1.	Para começar.....	647
2.	Disposições gerais da execução.....	648
2.1	Partes.....	650
2.2	Competência.....	653
2.3	Título executivo.....	653
2.3.1	Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque.....	655

2.3.2	Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor	655
2.3.3	Documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas	655
2.3.4	Instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal	655
2.3.5	Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução.....	656
2.3.6	Contrato de seguro de vida em caso de morte.....	656
2.3.7	Crédito decorrente de foro e laudêmio	657
2.3.8	Crédito de aluguel de imóvel e encargos acessórios	657
2.3.9	Certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei	658
2.3.10	Crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício	658
2.3.11	Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei	658
2.3.12	Demais títulos aos quais a lei atribuir força executiva	659
2.3.13	Títulos executivos extrajudiciais estrangeiros	660
2.3.14	Título executivo e “processo de conhecimento”	660
2.4	Responsabilidade patrimonial	661
2.5	Fraude à execução	662
3.	Diversas espécies de execução	664
3.1	Petição inicial	665
3.2	Execução para entrega de coisa	668
3.2.1	Coisa certa	668
3.2.2	Coisa incerta.....	670
3.3	Execução das obrigações de fazer ou de não fazer	671
3.3.1	Obrigações de fazer	671
3.3.2	Obrigações de não fazer.....	672
3.4	Execução por quantia certa	673
3.4.1	Citação e arresto	674

3.4.2	Certidão comprobatória da admissão da execução	675
3.4.3	Penhora, depósito e avaliação	677
3.4.3.1	Documentação da penhora, registro e depósito	678
3.4.3.2	Lugar da realização da penhora	680
3.4.3.3	Modificações da penhora	681
3.4.3.4	Modalidades de penhora	682
3.4.3.4.1	Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira	682
3.4.3.4.2	Penhora de créditos	683
3.4.3.4.3	Penhora de quotas ou ações de sociedades personificadas	684
3.4.3.4.4	Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes	685
3.4.3.4.5	Penhora de percentual de faturamento de empresa	686
3.4.3.4.6	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel	687
3.4.3.5	Avaliação	688
3.4.4	Expropriação	690
3.4.4.1	Adjudicação	690
3.4.4.2	Alienação	692
3.4.4.2.1	Alienação por iniciativa particular	692
3.4.4.2.2	Alienação em leilão judicial	692
3.4.5	Satisfação do crédito	700
3.4.5.1	Levantamento pelo exequente	701
3.4.5.2	Concurso singular de credores	702
3.4.6	Execução contra a Fazenda Pública	703
3.4.7	Execução de alimentos	706
4.	Embargos à execução	708
4.1	Prazo	709
4.2	Fundamentos	709
4.3	Rejeição liminar	711
4.4	Efeito suspensivo	711
4.5	Procedimento e julgamento	713
4.6	Moratória	714
5.	Suspensão e extinção do processo de execução	715

5.1 Suspensão	715
5.2 Extinção.....	717
Resumo do Capítulo 15.....	719
Leituras Complementares (Capítulo 15).....	726

Capítulo 16

Processos nos Tribunais.....	734
1. Para começar.....	734
2. Disposições gerais	735
2.1 Direito jurisprudencial.....	742
2.2 Julgamento de casos repetitivos	750
3. Ordem dos processos nos Tribunais	751
3.1 Deveres-poderes do relator	752
3.2 Preparativos para o julgamento.....	754
3.3 Sustentação oral.....	755
3.4 Dinâmica e documentação dos julgamentos.....	756
3.5 Prolongamento do julgamento nos casos de julgamento por maioria ..	758
4. Incidente de assunção de competência.....	761
4.1 Pressupostos e finalidade	761
4.2 Competência.....	762
4.3 Legitimidade e instauração.....	762
4.4 Julgamento e suas consequências.....	762
4.5 Revisão da tese.....	764
4.6 Recursos	764
5. Incidente de arguição de inconstitucionalidade	764
5.1 Dispensa	765
5.2 Instrução	765
5.3 Julgamento e consequências.....	766
6. Conflito de competência	767
6.1 Instauração e legitimidade	767
6.2 Contraditório e instrução.....	768
6.3 Atitudes do relator	768
6.4 Julgamento colegiado e consequências.....	768
7. Homologação de decisão estrangeira e <i>exequatur</i>	769

7.1	Abrangência.....	769
7.2	Homologação de medidas de urgência.....	770
7.3	Elementos para a homologação.....	771
7.4	Procedimento.....	772
7.5	Cumprimento.....	773
8.	Ação rescisória.....	773
8.1	Hipóteses de cabimento.....	774
8.1.1	A “ação anulatória”.....	777
8.2	Legitimidade.....	778
8.3	Petição inicial.....	779
8.4	Tutela provisória.....	781
8.5	Procedimento.....	781
8.6	Julgamento.....	782
8.7	Prazo.....	782
9.	Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	784
9.1	Feição e pressupostos de admissibilidade.....	785
9.2	Legitimados.....	786
9.3	Ofício ou petição de instauração.....	787
9.4	Admissibilidade.....	788
9.5	Atitudes do relator.....	789
9.5.1	Suspensão dos processos.....	790
9.5.1.1	Especialmente a suspensão requerida ao STJ ou ao STF.....	791
9.5.2	Instrução.....	793
9.6	Julgamento.....	794
9.6.1	Abrangência.....	795
9.6.2	Consequências.....	797
9.6.3	Divulgação.....	798
9.6.4	Prazo.....	799
9.7	Revisão da tese.....	800
9.8	Recurso extraordinário e recurso especial.....	801
10.	Reclamação.....	804
10.1	Natureza jurídica.....	804
10.2	Hipóteses de cabimento.....	805

10.3 Competência, legitimidade e petição inicial	808
10.4 Atitudes do relator e procedimento	808
10.5 Julgamento e suas consequências	809
Resumo do Capítulo 16	810
Leituras Complementares (Capítulo 16)	821

Capítulo 17

Recursos.....	844
1. Para começar	844
2. Elementos de uma teoria geral dos recursos	844
2.1 Definição	844
2.2 Classificação	845
2.3 Princípios	846
2.4 Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	850
2.5 Efeitos.....	851
3. Disposições gerais	852
3.1 Cabimento	852
3.2 Eficácia imediata e efeito suspensivo	854
3.3 Legitimidade	856
3.4 Recurso adesivo	856
3.5 Atos dispositivos relativos ao recurso	857
3.6 Tempestividade.....	858
3.7 Recurso de litisconsorte	859
3.8 Preparo	860
3.9 Efeito substitutivo	861
3.10 Baixa de autos.....	862
4. Apelação	862
4.1 Petição de interposição	863
4.1.1 Questões novas.....	865
4.2 Efeito suspensivo	865
4.2.1 Atribuição <i>ope judicis</i> do efeito suspensivo	866
4.3 Efeito devolutivo e translativo.....	867
4.4 No Tribunal	870
5. Agravo de instrumento.....	870

5.1	Petição de interposição	874
5.1.1	Formação do instrumento	875
5.2	Apresentação na primeira instância	876
5.3	No Tribunal	877
6.	Agravo interno	878
6.1	Petição de interposição	878
6.2	Julgamento	879
7.	Embargos de declaração	880
7.1	Prazo	881
7.2	Processamento	882
7.3	Efeito suspensivo	883
7.4	Julgamento	883
7.5	Efeito modificativo	885
7.6	Multa	885
7.7	Embargos de declaração e prequestionamento	886
8.	Recurso ordinário	888
8.1	Aplicação da disciplina da apelação e do agravo de instrumento	889
9.	Recurso extraordinário e recurso especial	892
9.1	Petição de interposição	896
9.2	Efeito suspensivo	897
9.3	Demonstração da repercussão geral	898
9.4	Contrarrazões	901
9.5	Interposição simultânea	903
9.6	Reenvio	904
9.7	Julgamento	905
9.8	Recursos extraordinário e especial repetitivos	906
9.8.1	Identificação da ocorrência de recursos múltiplos e sua seleção	907
9.8.2	Suspensão dos processos determinada pelo TJ ou TRF	908
9.8.3	Decisão de afetação	909
9.8.4	Suspensão dos processos determinada pelos Tribunais Superiores	910
9.8.4.1	Suspensão no caso do incidente de resolução de demanda repetitiva	912
9.8.5	Preparação para julgamento	912

9.8.6 Julgamento e consequências	914
9.8.6.1 No STF e no STJ.....	914
9.8.6.2 Nos TJs, nos TRFs e na primeira instância	914
9.8.7 Manutenção do acórdão recorrido	918
9.8.8 Julgamento de outras questões perante o tribunal de origem ...	918
10. Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário	919
11. Embargos de divergência.....	921
11.1 Demonstração da divergência.....	923
11.2 Processamento	924
Resumo do Capítulo 17.....	925
Leituras Complementares (Capítulo 17).....	936
<i>Epílogo</i>	950
<i>Vocabulário de Direito Processual Civil</i>	952
<i>Bibliografia</i>	970
<i>Sites</i>	984